

IDEOLOGIA E GÊNERO: PARA UMA CRÍTICA DA IDENTIDADE

Ana Paula de Oliveira Souza¹

RESUMO: O presente artigo é resultado parcial de uma pesquisa objetiva identificar como o gênero pode ser compreendido enquanto efeito de uma produção ideológica, bem como investigar o modo pelo qual a ideologia opera na produção de subjetividade. Trata, também, da forma pela qual a identidade é concebida a partir de uma concepção essencialista, que reforça a figura do indivíduo. Para tanto, utiliza como referência os filósofos Louis Althusser, Judith Butler, Vladimir Safatle, entre outros. Serão traçadas as concepções teóricas dos mesmos, a fim de possibilitar uma compreensão de entrelaçamentos entre ideologia, gênero e identidade.

Palavras-chave: Ideologia; gênero; identidade; sexualidade.

O tema “gênero” está em voga na atualidade, e debates (ou embates) sobre o que seria a “ideologia de gênero” têm tomado espaço no campo do saber comum – sendo, a rigor, muitas vezes desculpa para a manifestação de posições das mais reacionárias. A respeito disso, cumpre observar a recente visita da filósofa Judith Butler ao Brasil. Considerada uma das principais referências para as discussões sobre gênero e sobre a Teoria *Queer*, Butler foi recebida sob diversos ataques, sendo chamada de “bruxa” por manifestantes enfurecidos, entre outros xingamentos. Notamos, então, que qualquer definição de gênero que fuga da lógica de o que designa o ser “homem” ou “mulher” como espelho de uma possível divisão biológica é capaz de produzir forte resistência social. Via de regra, o saber comum considera que *ser* de tal sexo significa, ou deve significar, conseqüentemente, *ser* de tal gênero; ou seja, sempre colocado em uma ordem heterossexual atribuindo-lhe uma “essência humana”. Tomando ânimo em tais questões, propomos aqui uma reflexão sobre como a categorização de gênero, a heteronormatização dos corpos, e o atributo de essência ao indivíduo implicam na identidade do sujeito, e buscaremos elaborar uma hipótese, qual seja, que como os mesmos têm íntima relação com a ideologia.

De início, cabe esclarecer que o conceito de ideologia é definido por Louis Althusser como “uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1999, p. 103). Assim, buscaremos evidenciar a forma que ele pensa a ideologia como uma representação da realidade que faz com que a realidade tenha sentido. Ele vai dizer que “toda formação social surge a partir de um modo de produção dominante” (ALTHUSSER, 1999, p. 105), de modo que é a ideologia, sustentada pelo discurso (as formações ideológicas são formações discursivas, como nos diz Pêcheux), o assegurador da permanência do poderio da classe dominante. O ponto que nos interessa salientar é que na visão do autor a ideologia tem como função primordial assegurar a coesão social, regular e normatizar as práticas sociais e as atividades dos indivíduos.

Com objetivo de se aproximar da sua hipótese central sobre a estrutura e o funcionamento da ideologia, Althusser apresenta 2 teses: a primeira refere-se ao objeto representado sob a forma imaginária da ideologia. “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”. Sendo assim, o ponto essencial é que, desde que interpretemos a transposição (e a inversão) imaginária da ideologia, chegamos à conclusão de que, na ideologia, “os homens representam para si mesmos suas condições reais de existência sob forma imaginária” (ALTHUSSER, 1999, p. 126). Neste sentido, o que Althusser afirma é que a ideologia não reflete o mundo “real”, mas *representa a relação imaginária entre os indivíduos para o mundo real*.

A segunda tese diz respeito à compreensão de que a ideologia possui uma existência material; o autor diz “que essa relação imaginária tem, ela mesma, existência material” e também esclarece que a ideologia compreende uma existência material porque ela sempre existe em um aparelho, em sua prática ou conjunto de práticas. Ou seja, “a ideologia sempre se manifesta através de ações, que estão *inseridas em práticas*, por exemplo, rituais, comportamentos convencionais, etc.” (ALTHUSSER, 1999, p. 128).

¹ Acadêmica do décimo período do curso de Psicologia da UNIABEU Centro Universitário.

Baseando-se nessas duas teses apresentadas, o ponto fundamental sobre sua formulação a respeito da ideologia é que as relações sociais só existem e, portanto, se reproduzem nos Aparelhos ideológicos de Estado *através da produção de sentido à realidade que são os próprios Aparelhos Ideológicos que colocam em cena*. É fundamental salientar que essa produção de sentido é uma produção que *reproduz* a realidade, não modifica a realidade, mas a reproduz. Na concepção de Althusser a finalidade da ideologia é oferecer sentido ao mundo de forma que a nossa ação, a nossa prática, reproduza o mundo, ou seja, o que já está posto de véspera sobre o mundo.

Contrariamente à concepção de ideologia de Karl Marx, onde ele a concebe como “uma montagem imaginária, um puro sonho, vazio e fútil” (ALTHUSSER, 1999, p. 124), em Althusser são representações que dão sentido à realidade ao ponto de determinar *formas de existir e ser* que atendem necessariamente à lógica da ideologia dominante (ou seja, da classe que se “aparelha” no Estado).

Ele propõe a seguinte distinção: uma coisa é a *realidade*, e outra coisa são os *sentidos da realidade*. A realidade por si mesma, não é possível acessar diretamente, porém, acessamos a ela sempre através de uma produção de sentido. Ele chama de ideologia as representações da realidade que nos posicionam diante da questão da produção das relações de produção, ou seja, toda a representação da realidade não é de forma alguma neutra, mas corresponde a um lugar que ocupamos mediante a uma relação social determinada por posições de classe; ocorre que

toda ideologia representa, em sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações que delas decorrem), mas, acima de tudo, a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que delas decorrem” (ALTHUSSER, 1999, p. 128).

Isto significa dizer que estamos no meio de uma luta que é um conjunto complexo de ações de uma classe que é dominante e que, para manter-se dominante, tem como estratégia uma ação que universaliza sua concepção de mundo por meio dos mecanismos puramente ideológicos, trazendo, assim, em seu discurso pré-elaborado, uma concepção de sujeito, de família, de realidade, de homem, mulher e etc. Sobre essa relação ideologia/sujeito, Althusser formula duas teses conjuntas “1. não existe prática, a não ser através de uma ideologia, e dentro dela. 2. não existe ideologia exceto pelo sujeito e para sujeitos” (ibidem, p. 131). Este foi o fio condutor para Althusser chegar no que ele denomina de tese central, e já esclareço que esta tese que trataremos a seguir, será de extrema importância para todo o decorrer desta pesquisa através da problematização a noção de sujeito no mundo contemporâneo.

Agora, trataremos da tese fundamental de Louis Althusser, denominada *interpelação ideológica*, que se fundamenta na compreensão de que “toda ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos”. Como formulação inicial, ele diz que “toda ideologia invoca ou interpela os indivíduos como sujeitos concretos, pelo funcionamento da categoria sujeito” (ALTHUSSER, 1999, p. 133). Assim, logo em início, ele evidencia que a ideologia é fundamental em termos de constituição de sujeitos. O autor afirma que:

Dizemos que a categoria do sujeito é constitutiva de qualquer ideologia, mas, ao mesmo tempo e imediatamente, acrescentamos que *a categoria do sujeito só é constitutiva de qualquer ideologia na medida em que toda ideologia tem a função (que a define) de “constituir” indivíduos concretos como sujeitos. É nesse jogo de dupla constituição que toda ideologia funciona, não sendo a ideologia mais do que seu funcionamento nas formas materiais de existência desse funcionamento* (ALTHUSSER, 1999, p. 132; grifos do autor).

Na sua última proposição, os indivíduos são sempre já interpelados pela ideologia como sujeitos: “os indivíduos são sempre já sujeitos. Daí os indivíduos serem ‘abstratos’ em relação aos sujeitos que eles sempre já são”. O filósofo afirma que o apontamento de sujeito ocorre até mesmo antes do nascimento “Sendo assim, uma criança, mesmo antes de nascer, já é um sujeito apontada na configuração familiar ideológica” (ALTHUSSER, 1999, p. 133 -135).

Ele utiliza como exemplo claro da criança, que mesmo antes de nascer já possui um lugar predeterminado específico, em que é “esperado” ocupar depois de concebida. Ou seja, quando uma mulher engravida, já existe uma concepção do que é engravidar, do que é ser mãe, do que é uma criança, do que é um indivíduo e etc. Isso tudo já preexiste. Formam um conjunto de expectativas pré-elaboradas socialmente e internalizadas pelos indivíduos, que agora vão ser dirigidas aquele outro indivíduo, e quando ele vem ao mundo o lugar de *ser sujeito* dele já está elaborado e definido de véspera; sendo assim, se for do sexo (biológico) masculino receberá um nome correspondente ao gênero masculino, se for menina será vestida com roupas, cores, de gênero feminino e etc. Todas essas construções existem de véspera, até que um dia este indivíduo diga “*eu sou*”, e isto acontece quando alguém o interpela; “quem é você?”.

Nesta perspectiva, o que ele esclarece é que somos então sempre invocados por esses chamamentos ideológicos a responder no lugar de sujeitos - “sou eu” – produzindo, desta forma, as evidências ideológicas. De acordo com Michel Pêcheux, a questão do sujeito está constitutivamente ligada à questão do sujeito do discurso. A *evidência* do sujeito, como único e insubstituível, remete ao pensamento de que é *evidente* que sou a única pessoa que pode responder “eu”. O “eu sou” acarreta numa evidência de identidade, Pêcheux diz: “A evidência da identidade esconde o fato de que ela é um resultado de uma identificação- interpelação do sujeito” (PÊCHEUX, 1999, p. 150). Ou seja, esconde o fato de que o sujeito sempre foi um indivíduo interpelado como sujeito.

É partindo dessa concepção de *evidência* que problematizaremos o gênero enquanto identidade, que dará suporte para elaboração de gênero performativo, que será tratado à frente desta pesquisa. Apresentando as elaborações teóricas da filósofa estadunidense Judith Butler, considerada uma das mais importantes filósofas da contemporaneidade. Destacaremos, no início, o livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (BUTLER, 2003), publicado originalmente em 1990, com o qual Butler vai descrever os processos pelos quais nos tornamos sujeitos ao assumirmos identidades sexuadas e “generificadas”. Ela levanta duas principais críticas à política feminista radical. A primeira refere-se ao *status* universalizado de “mulher” como sujeito do feminismo. Ela alega a inexistência desse sujeito ao qual o feminismo buscava representar; ela diz que “há o problema político que o feminismo encontra na suposição de que o termo mulheres denote uma identidade comum” (BUTLER, 2003, p. 20). Ocorre que é em crítica à pressuposição de uma identidade definida pela categoria “mulheres” que ela propõe um repensar as construções ontológicas de identidade nas práticas políticas feministas. Ela propõe uma teoria antirrepresentativa do sexual. Seu foco estava em pensar o gênero fora da estagnação da identidade.

A segunda crítica de Butler ao feminismo radical está na naturalização do sexo e a colocação apenas do gênero como culturalmente construído. Colocar em cena a questão do gênero, e não o sexo, enquanto construção sociocultural implica em dizer que existe um corpo biológico e naturalizado sobre o qual é constituída uma camada cultural (gênero). Ela chama atenção para essa associação na teoria feminista, em que primeiro é considerada o sexo e posteriormente é considerada a cultura (gênero). Neste sentido, o gênero seria meramente um reflexo do sexo. O ponto crucial é que, para Butler, *tanto o sexo quanto o gênero são culturalmente construídos por um discurso regulador*. Assim, a suposta obviedade do sexo como natural e biológico apenas comprova o quanto ela está fundamentada no discurso regulador.

Se o gênero são significantes culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção entre sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos (BUTLER, 2003, p. 24).

Uma das ideias chave de Judith Butler está na concepção de que o *corpo não é natural*, ele é fundamentalmente *feito de relações sociais*, socioculturais, no próprio nível da nomeação, pois toda a categoria biológica é construção, é efeito da linguagem e do discurso, já é sentido dado ao corpo.

Nem o sexo é só biológico, nem o gênero é mera significação do sexo. Para Butler, gênero “é a *estilização repetida do corpo*, um conjunto de *atos* repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p. 59; grifos meus). Onde a própria repetição desses atos produz um conjunto de comportamentos e formas reificadas que aparece como a configuração natural (evidente). Os atos alimentam e mantem a ilusão de um núcleo de autogênero. Na performatividade de gênero, os atos são títulos constitutivos (performativos). De acordo com Butler não há essência por trás do gênero. Trata-se, portanto, de uma sequência de atos, mas ela também alega que “não há um ator preexistente que pratica esses atos, que não existe nenhum fazedor por trás do feito”. O que Butler quer dizer é que o gênero enquanto ato ou sequência de atos está sempre inevitavelmente ocorrendo, “já que é impossível alguém existir antes de um agente social fora dos termos de gênero” (SALIH, 2012, p. 65-66). Podemos então esclarecer que o gênero na ótica da Judith Butler, são modos complexos de modelação de corpo que nos faz presente no mundo, diante do outro que vai tentar me reconhecer diante dele. Não é uma construção de sentido a partir do sexo, mas sim uma forma de se colocar corporalmente no mundo e se trata de elaboração de formas de códigos ou a tentativa de entrar numa lógica de códigos de reconhecimento, de integridade ao olhar do outro, e isso é dado corporalmente.

Daí que ela coloca também a ideia de que o gênero não é *meu* enquanto propriedade, não assim propriedade minha, nem do outro, *mas ele está no campo de integridade de corpos*. Neste sentido, o gênero é sempre exterior ao sujeito; modo pelo qual o sujeito se faz presente no mundo para ser reconhecido no mundo, pelo outro. Ela argumenta que, ao contrário do que defendiam as teorias feministas, o gênero seria um fenômeno não linear e contextual. Trata-se de “[...] um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2003 p. 29).

Ela critica ainda que a identidade como dada e determinada pelo gênero e não pelo sexo implicitamente presume uma aproximação entre gênero e essência, entre gênero e substância. Ocorre que, de acordo com Butler, *ser homem* ou *ser mulher* não constituem uma essência natural e interior da “pessoa”, mas dizem respeito a um conjunto de normas instituídas, mantidas e repetidas sobre o corpo através de um discurso normatizador heterossexual. Assim, a autora também propõe uma desnaturalização do gênero, pois no gênero, não se trata de um conjunto de significados culturais inscritos num corpo nem da interpretação cultural de um corpo sexuado. A partir disto, a filósofa procurou discutir em que medida essa distinção sexo/gênero é arbitrária.

O gênero só pode denotar uma unidade de experiência, de sexo, gênero e desejo, quando se entende que o sexo, em algum sentido, exige um gênero, sendo o gênero uma designação psíquica e/ou cultural do eu, e um desejo, sendo o desejo heterossexual, e, portanto, diferenciando-se mediante uma relação de oposição a outro gênero que ele deseja. A coerência ou a unidade interna de qualquer dos gêneros, homem ou mulher, exigem assim uma heterossexualidade estável e oposicional (BUTLER, 2003, p. 45).

Os conceitos de sexo e de gênero contribuem para a construção de identidades, visto que já condicionam e guiam o indivíduo a seguir um modelo preestabelecido e segregam àqueles que transgridem a norma. Foi a partir das críticas da dicotomia que o sexo/gênero produz e de gênero enquanto “essência”, que Butler chegou à outra crítica, a crítica do sujeito, e contribuiu para a desconstrução da ideia de um sujeito *uno*, isto é, algo que subsiste por si, de modo individualizado. A autora tem seu interesse primordial não no “indivíduo” e nas “experiências individuais”, mas se volta à análise dos processos pelos quais o indivíduo vem a assumir-se como um sujeito. Ela

não pressupõe que as identidades sejam auto evidentes e fixas, mas, ao contrário, “o trabalho de Butler descreve os processos pelos quais a identidade é *construída* no interior da linguagem e do discurso” (SALIH, 2012, p. 21; grifo meu).

Ela vai se focar no modo como o *efeito-sujeito* se dá. Sua proposta está na ideia de um gênero como *efeito*, no lugar de um sujeito centrado e estático. Nas palavras da autora: “A presunção aqui é que o ‘ser’ um gênero é um *efeito*” (BUTLER, 2003, p. 58, grifo da autora). Aceitar esse caráter de efeito que propõe a filósofa implica aceitar que a identidade ou a essência são apenas expressões, e não representam um sentido em si do sujeito. Assim, de acordo com a filósofa, a identidade não é algo em si mesmo, mas efeito que se manifesta em um regime de diferenças. Judith Butler lança, então, a ideia de que a identidade é um constructo performativo. Ela amplia ainda a frase de Beauvoir “*ninguém nasce mulher: torna-se mulher*” para sugerir que “mulher” se refere ao que *fazemos* e não o que “*somos*”.

O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem *status* ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. Isso também sugere que, se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria inferioridade é efeito e função de um discurso decididamente social e público, da regulação pública da fantasia pela política de superfície do corpo, do controle da fronteira do gênero que diferencia interno de externo e, assim, institui a “integridade” do sujeito (BUTLER, 2003, p.195; grifos da autora).

Ocorre que “o gênero também é uma norma que nunca pode ser completamente internalizada: ‘o interno’ é uma significação de superfície, e as normas do gênero são afinal fantasísticas, impossíveis de incorporar” (BUTLER, 2003, p. 200). Para ela, as condições que possibilitam a afirmação do “eu” são providas “pela estrutura de significação, pelas normas que regulam a invocação legítima ou ilegítima desse pronome, pelas práticas que estabelecem os termos de inteligibilidade pelos quais ele pode circular” (BUTLER, 2003, p. 207). Deste modo, ela problematiza a identidade, atrelada a uma visão essencialista e interiorizada de sujeito. A autora aponta ainda a seguinte questão: que se a verdade interna do gênero é ser uma fabricação e se um gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre os corpos, “então parece que os gêneros não podem ser verdadeiros nem falsos, mas são apenas produzidos como efeitos de verdade de um discurso de identidade primária e estável” (BUTLER apud SALIH, 2012, p. 95).

O que é o gênero? Gênero é a forma de corporeidade, de se constituir enquanto corpo diante do olhar do outro:

A sociabilidade particular que pertence à vida corporal, à vida sexual e ao ato de tornar-se um gênero (que é sempre, tornar-se um gênero *para outros*) estabelece um campo de enredamento ético com outros e um sentido de desorientação para a primeira pessoa, para a perspectiva do Eu. Como corpos, nós somos sempre algo mais, e algo outro, do que nós mesmos (BUTLER apud SAFATLE, 2015, p. 175; grifo da autora).

A questão de Butler é questionar ou como pensar um gênero que não seja identitário, como pensar formas de corporeidade, formas de existência singulares que não caiam no congelamento e na estagnação de identidade, ou seja, que sejam atentos ao que há de *precariedade* nessa relação: que não escondam os “furos da rede”, mas os coloquem em cena. Ocorre que ao dizer “eu sou mulher” ou “eu sou homem” oculta-se, dessa forma, esses furos, fingindo que eles não existem. Pois, ainda retomando Althusser, essa é a função elementar da

ideologia: colocar em cena determinadas evidências (eu sou homem) que ocultam as contradições (furos da rede), produzindo efeitos de realidade por meio da produção de sentidos. Vladimir Safatle no Livro *Relatar a Si mesmo* (BUTLER, 2015) vai afirmar:

[...] há algo no campo do sexual que aparece como o nome de um evento “marcado pelo advento das exigências de reconhecimento do que desarticula as estruturas narrativas da primeira pessoa do singular, com seus atributos e predicados capazes de fundar um espaço do ‘próprio’” (SAFATLE, 2015, p. 175).

Deste modo, o “eu sou homem” refere-se a “eu sou o outro”, porque a constituição identitária homem/mulher não é própria, mas está no campo da ordenação das identidades exteriores, ela é ex-cêntrica; pois o que essa palavra denota, os conjuntos de significados que ela evoca, estão no jogo de significações. Então, essa enunciação da primeira pessoa (eu sou) significa colocar-se para fora justamente da primeira pessoa. O anúncio da primeira pessoa se refere àquilo que é exterior a ela, e, portanto, é passível de ser lido; não há, assim, nem uma propriedade nem uma essência. Sendo assim, essa evidência (sou indivíduo) não é propriedade nem da natureza das evidências, nem das percepções e nem do substrato da realidade. Mas, conforme elabora Althusser, toda evidência é resultado de produções discursivas e, portanto, ideológicas, “a categoria do sujeito só é constitutiva de qualquer ideologia na medida em que toda ideologia tem a função (que a define) de “constituir” indivíduos concretos como sujeitos” (ALTHUSSER, 1999, p. 132, grifos do autor). Ao relacionar o gênero à identidade, Butler afirma que as condições que possibilitam a afirmação do “eu” são providas “pela estrutura de significação, pelas normas que regulam a invocação legítima ou ilegítima desse pronome, pelas práticas que estabelecem os termos de inteligibilidade pelos quais ele pode circular” (BUTLER, 2003, p. 207). A interpelação ideológica, neste sentido, age como uma imposição de reconhecimento cujo endereçamento pode ou não atingir o alvo, e que contribui para a formação da identidade de gênero.

À guisa de conclusão, cumpre notar a forte resistência, por parte do saber comum, mas não somente dele, em compreender o corpo e o sexo para além das diferenças entre machos e fêmeas. Trabalhamos, aqui, no sentido de tentar mostrar como Judith Butler insere o corpo no campo social, tornando-se um dos principais nomes para os estudos de gênero. Foi exposto também que ao historicizar o corpo e o sexo, Butler dissolveu a dicotomia sexo x gênero, que forneceu às teorias feministas algumas possibilidades de problematização da natureza anatômica de homens e de mulheres.

Butler criticou a “ordem compulsória” que exige a coerência total entre um sexo, um gênero e um desejo, obrigatoriamente heterossexuais, destacando a necessidade de subverter essa ordem compulsória, desmontando a obrigatoriedade entre sexo, gênero e desejo, o que contribuiu para a problematização das normas arbitrárias que nos são impostas na sociedade contemporânea. Além disto, traçamos um caminho que visou compreender a forma pela qual a identidade, a partir da figura animada de indivíduo, é constituída por meio do discurso ideológico. Consideramos, então, a demanda de pensar o gênero nas suas contradições em relação às constituições identitárias.

Buscamos pensar como a constituição de gênero se dá através de atos performativos, cultural e socialmente instituídos através da repetição de atos estilizados através do tempo. Pontuamos que esses atos são gestos corporais, estilos, movimentos (linguagem também). A própria repetição desses atos produz um conjunto de comportamentos e formas reificadas que aparecem como configuração natural (evidente). Foi também mencionado que nossos atos alimentam e mantêm a ilusão de um núcleo de autogênero. A partir disto, pontuamos a crítica de Butler à metafísica da substância.

Com a noção de performatividade é possível uma visão de gênero não mais como algo substancial. Tal como afirma Butler, o gênero não tem essência, sendo assim, não tem nenhuma identidade preferente, não há nenhuma naturalidade que o gênero expressa ou externaliza. As ideias e representações sobre o que são mulheres

e homens derivam dos discursos que sustentam a ideologia a fim de que “livremente” os indivíduos se submetam às normas aceitáveis e coerentes das relações sociais. Decorre daí que são as normas de gênero existentes que criam os sujeitos sociais culturais como “homem e mulher”, e as possibilidades encarnadas como o gênero são circunscritas pela situação histórica.

Visamos assim, através do conceito de interpelação ideológica de Althusser, trabalhar o modo pelo qual o indivíduo é chamado a ser sujeito pela própria configuração do que é ser sujeito, modo pelo qual o indivíduo já é chamado pela ideologia a responder de um determinado lugar que é posto de véspera. A função da ideologia referente ao gênero é produzir evidências através das quais o indivíduo possa naturalizar qualquer chamamento. Assim, cabe criticar a evidência de indivíduo único e particular, denunciando as regulações normativas que estabelecem uma identidade estática – normatividade que, em Safatle, se impõe à identidade.

Referências:

- ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para urna investigação). In: ZIZEK, S. (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- BUTLER, J. **Relatar a si mesmo**. Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- PÊCHEUX, M. O (Des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, S. (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- SAFATLE, V. **O circuito dos afetos**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- SALIH, S. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

IDEOLOGY AND GENDER: FOR A CRITIQUE OF IDENTITY

ABSTRACT: The present article is a partial result of a research that aims to identify how gender can be understood as an effect of an ideological production, as well as to investigate the way in which ideology operates in the production of subjectivity. It also deals with the way in which identity is conceived from an essentialist conception, which reinforces the figure of the individual. To do so, uses as reference the philosophers Louis Althusser, Judith Butler, Vladimir Safatle, among others. The theoretical conceptions of the same will be traced in order to allow an understanding of interweaving between ideology, gender and identity.

Keywords: Ideology; genre; identity; sexuality.